



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14013 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT20 - Psicologia da Educação

PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO: AS INTERFACES DO EMPOBRECIMENTO DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Fabiane Adela Tonetto Costas - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Natali Esteve Torres - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO: AS INTERFACES DO EMPOBRECIMENTO DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Resumo - Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou os processos de precarização, adoecimento e empobrecimento vivenciados no mercado de trabalho, por pessoas com deficiência com formação universitária. A pesquisa foi amparada metodologicamente no materialismo histórico dialético e a análise dos dados se deu mediante a criação de núcleos de significação, fundamentados a partir da Teoria Histórico-Cultural. Os resultados demonstram que os trabalhadores sem deficiência não escapam do adoecimento nessa configuração atual do trabalho, em que impera a terceirização e flexibilização, entretanto, o adoecimento de trabalhadores com deficiência constrói a deficiência secundária, ampliando as consequências psicossociais da deficiência. Conclui-se que o adoecimento vivenciado pelos trabalhadores com deficiência se apresenta como a face mais perversa dos dados encontrados neste estudo, pois o trabalhador, vivenciando o trabalho sem as condições básicas que respeitem as limitações do seu corpo, adoce e, nessa lógica de individualização, é responsável por destinar parte do seu salário para cuidar da saúde, reduzindo ainda mais suas possibilidades de vida, em uma sociedade mediada pelo capital.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Mercado de trabalho. Adoecimento

Introdução

De acordo com apontamentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o número de estudantes com deficiência no Ensino Superior vem crescendo nas últimas décadas. Em 2010, havia 19.818 estudantes com deficiência matriculados. Em 2019, os dados do CENSO da Educação Superior apontam que, dos 8,6 milhões de estudantes matriculados (IES públicas e privadas), 48,52 mil são pessoas com deficiência.

Em paralelo, também houve crescimento, no mercado de trabalho formal, de trabalhadores com deficiência. Conforme dados de 2018 da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dos 46,63 milhões de pessoas com carteira assinada, 486 mil são ocupados por pessoas com deficiência, um aumento de mais de 40 mil pessoas em relação ao ano de 2017. Dessas pessoas, o grupo mais expressivo são as deficiências físicas, que representam 47,3% dos cargos ocupados, 19,66% são deficiências múltiplas, 19,60% deficiência visual e 18,9% deficiência intelectual.

Esses dados não refletem a realidade social brasileira, país cujo número de trabalhadores na informalidade cresceu significativamente nos últimos anos, chegando ao recorde de 41% da população em 2020, retrocedendo para 40,7% em 2021 e 38,8% no último trimestre de 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (BRASIL, 2022) . Por trabalho informal, entende-se o exercício da venda da força de trabalho sem vínculos empregatícios, registros na carteira de trabalho e direitos trabalhistas.

E, apesar desse decréscimo no percentual de trabalhadores na informalidade, em números absolutos eles somam 38.600.000 trabalhadores brasileiros, ou seja, em 2022, mais de 33% dos trabalhadores não estavam empregados formalmente.

Diante deste cenário, que foi intensificado durante a pandemia da COVID 19, ampliando, as alienações, as coisificações, as opressões de gênero, raça e etnia em busca da expansão e reprodução do capital, procurou-se analisar os processos de precarização, adoecimento e empobrecimento vivenciados no mercado de trabalho, por pessoas com deficiência com formação universitária.

Fundamentação Teórica

Para pensar a deficiência a partir da base epistemológica adotada neste estudo, recorreremos a Vigotski (1997), que defende que o homem é eminentemente social, produto da experiência histórica acumulada em contato com a cultura, ou seja, o desenvolvimento humano está relacionado à experiência social. O autor, ainda em sua primeira fase de pesquisa, teceu críticas à visão individualista e biológica pela qual a deficiência era teorizada (BREITENBACH, 2018).

Para Vigotski (1997), os processos de desenvolvimento da pessoa com deficiência e os da pessoa com um desenvolvimento típico não são diferentes, conforme indicava o Modelo Biomédico, que se consolidou como mais legítimo no período do desenvolvimento industrial. Contudo, o que difere no desenvolvimento desses grupos é a experiência social e coletiva que as pessoas com deficiência experienciam, gerando incompletudes no desenvolvimento dos processos superiores.

Vigotski (1997), ao escrever sobre Defectologia, apresentou os conceitos de deficiência primária e deficiência secundária. O autor estabelece, basicamente, que a deficiência primária diz respeito às questões orgânicas relacionadas à deficiência, enquanto a deficiência secundária versa sobre as implicações sociais em que a pessoa com deficiência está inserida.

Destaca-se que o autor compreende trabalho a partir do materialismo histórico-dialético, conforme aponta Cenci (2012, p. 05) “em grande parte dos escritos de Vigotski predomina o trabalho entendido como atividade vital, o que não significa que ele ignore o caráter alienante deste”. Assim, analisando a categoria trabalho na obra do autor, ela é apresentada em seu caráter histórico e não natural, configurando-se no processo de desenvolvimento que possibilitou o homem tornar-se humano, sem desconsiderar o caráter alienante deste (CENCI, 2012).

Silva (2019) afirma que é preciso observar os diferentes tipos de comportamento humano, seja no trabalho, nas instituições escolares ou no âmbito familiar, no intuito de ampliar a qualidade das relações e experiências vivenciadas nesses espaços, pois é a partir dessas interações estabelecidas no meio social que acontecerão interferências diretas no processo de desenvolvimento.

Assim, acessar o mercado de trabalho pode representar uma experiência que amplie a qualidade das relações e oportunize o desenvolvimento das pessoas com deficiência, como também pode diminuir essas oportunidades (SILVA, 2019). A autora destaca que, ao ser incluída no mundo do trabalho, a pessoa com deficiência pode se deparar com um processo emancipador ou enfrentar dificuldades que reduzam suas oportunidades, principalmente, considerando as políticas de inclusão que não passam de leis a serviço do mercado com viés voltado para a produtividade (GARCIA; MICHELS, 2021). Tais políticas, que absorvem boa parte das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, podem dificultar o acesso e a permanência das pessoas no trabalho.

Barnes (2009) afirma que a deficiência é muito mais produzida pelo sistema capitalista do que no âmbito individual e biológico. A autora afirma que a deficiência e a saúde são questões políticas, destacando que, tanto em países ricos quanto em países pobres, as causas principais das doenças agudas e crônicas e das deficiências no geral são a pobreza, os serviços de higiene urbana inadequados, a má alimentação, moradias precárias e mal localizadas, contaminações ambientais, acidentes industriais, tráfico, violência e guerra.

Portanto, ainda que exista uma parcela de deficiências consideradas congênitas ou

biológicas, podemos pensar que um dos principais determinantes do desenvolvimento da pessoa com deficiência são as relações produzidas socialmente, como nos aponta Vigotski (1983), voltamos à esfera social como elemento essencial para se compreender essa categoria social estruturalmente.

Metodologia

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, amparada no Materialismo Histórico Dialético, pois abrangeu conjuntos de fenômenos humanos, que foram compreendidos como parte da realidade social (MINAYO, 2020). Assim Netto (2011) também destaca esse caminho para compreensão da realidade, pois na perspectiva dialética, a teoria possui centralidade. Para Marx, a teoria não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, também não é a sistematização de uma série de modelos explicativos, o conhecimento teórico é “o conhecimento do objeto, da sua estrutura e dinâmica tal como ele é em si mesmo” e “pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 20).

Foram realizadas 14 entrevistas abertas com pessoas com deficiência, que concluíram suas graduações em universidades brasileiras (públicas e privadas), cujos nomes foram substituídos por nomes de pessoas com deficiência destacadas em diferentes campos da formação humana. Com vistas a manter a coerência epistemológica, os dados foram analisados considerando a técnica de núcleos de significação, pois “a compreensão do objeto investigado só ocorre quando o pesquisador se aproxima das determinações sociais e históricas desse objeto” (Aguiar, Soares e Machado , 2015, p.65).

Resultados

A minha coluna gasta muito dinheiro. Para manter a minha saúde eu gasto muito dinheiro. Então, de saúde por mês eu gasto mais ou menos mil reais, eu já gastei mil e quinhentos. E não, não dá. Primeiro que assim, quando eu era muito nova, quando eu tinha treze anos, quatorze anos, eu sabia que eu precisava de um trabalho que fosse estável pra manter a minha coluna, eu sempre soube isso, sempre soube que eu precisava trabalhar e estar num lugar que pudesse manter a minha coluna. E hoje eu trabalho e faço as coisas pra manter a minha coluna. A longo prazo, inclusive eu faço doutorado não é porque eu quero não, é porque eu preciso de dinheiro. Numa pesquisa que é muito significativa pra mim e politicamente, a minha pesquisa é muito política, mas é para eu manter a minha coluna, no futuro. Ela já me dá muito gasto e ela vai me dar mais. (LEANDRA)

Este trecho foi retirado da entrevista de uma trabalhadora da educação infantil. Embora as dimensões da precarização e do empobrecimento façam parte da lógica de reestruturação do capital e atinjam todos os trabalhadores, existem peculiaridades em que a questão da deficiência torna esse processo ainda mais evidente.

Considerando a necessidade de um corpo útil, que atenda as demandas que a lógica

capitalista impõe aos trabalhadores, além das perversas relações capacitistas que esses trabalhadores estão expostos nos mais diversos ambientes de trabalho, torna-se inequívoco como essa precarização está mascarada sob o olhar da benevolência das políticas públicas de inclusão, que possuem uma estrutura limitada e, como a própria inclusão laboral, não cabe na mesma estrutura que foi pensada para um corpo sem limitações, uma vez que amplia as demandas de saúde desses trabalhadores fazendo-os utilizar o salário do emprego já precarizado com os cuidados em saúde.

Eu consegui recurso de fisioterapia de graça ali na faculdade com os estagiários, então eu até pago a fisioterapia particular, só que eu consigo só duas vezes. O certo era fazer no mínimo três vezes por semana. Eu faço duas vezes por semana. Pela minha condição, né? Eu pelo menos não posso perder o que eu já tenho de ganho de mobilidade e força, então esses duas vezes por semana eu mantenho, mas eu tenho que evoluir muito mais. (FRIDA)

Exemplificando a questão do empobrecimento, adoecimento e condições de vida da pessoa com deficiência, a fala da Frida demonstra que, tendo o dinheiro necessário para realizar as fisioterapias, ela conseguiria evoluir em relação a mobilidade e força, o contrário, ainda a coloca em uma situação de perda desses movimentos. No caso da trabalhadora citada, ainda há uma série de outros fatores que a colocam em situação de maior vulnerabilidade em relação à renda, pois, por ser uma profissional liberal, que atua de forma autônoma sem regulação trabalhista, não possui garantias básicas como plano de saúde, atestados, licenças, afastamentos remunerados, redução de carga horária, entre outros.

Assim, com o avanço da globalização e das políticas neoliberais, vivenciamos um momento de exclusão de uma massa de trabalhadores do mercado de trabalho formal, ao mesmo tempo em que se ampliam os debates sobre a importância das políticas de inclusão da parte marginalizada da sociedade. As pessoas com deficiência são parte desse debate, que, muitas vezes, possui um caráter contraditório, visto que o trabalho para esse grupo é sustentado em uma ideia de emancipação, de autonomia financeira, de participação na economia doméstica, ao passo que as vagas de emprego ofertadas são as mais precarizadas e que não respeitam em muitas vezes algumas limitações físicas e sensoriais da deficiência, provocando o adoecimento desse trabalhador.

Considerações Finais

Conclui-se que, em decorrência de uma sociabilidade capacitista e uma educação precarizada no acesso ao conhecimento e produtora de resignação e convencimento, acontece um processo de culpabilização do trabalhador e individualização em relação ao adoecimento vivenciado em decorrência de um ambiente de trabalho inacessível, sendo o adoecimento a face mais perversa dos dados encontrados neste estudo, pois o trabalhador, vivenciando o trabalho sem as condições básicas que respeitem as limitações do seu corpo, adocece e, dentro dessa lógica de individualização, é responsável por destinar parte do seu salário para cuidar

da saúde e, assim, reduzindo ainda mais suas possibilidades de vida, em uma sociedade mediada pelo capital.

Referências

AGUIAR, W. M. J de, SOARES, J.R. e MACHADO, V. M. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa** v.45 n.155 p.56-75 jan./mar. 2015.

BARNES, C. Un chiste “malo”: ¿rehabilitar a las personas con discapacidad en una sociedade que discapacita? In: BROGNA, P. (Org.). **Visiones e revisiones de la discapacidad**. (pp. 101- 122). México: FCE, 2009.

BRASIL, Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2022 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2022. 154 p. : il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 49)

BREITENBACH, F. **A aprendizagem do estudante com deficiência intelectual na educação superior**: obstáculos e possibilidades. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

CENCI, A. O conceito de trabalho em Vygotski: apropriação e desenvolvimento das proposições de Marx/Engels. In *TrabalhoNecessário* –www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 10, Nº 15/2012.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital. **Educação e Realidade**, v. 46, n. 3, 2021.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa Social**: teoria método e criatividade.

Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao método de Marx**, 1ªed. Expressão Popular. 2011.

SILVA, L. C. da. **Processo de inclusão de servidores públicos com deficiência e sua repercussão na saúde educacional**: um estudo sobre a UFSM. 2019. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

VYGOTSKI, L. S. **Fundamentos de Defectologia**. Obras Escogidas. Madrid: Visor, 1997.